



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2016
(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para discutir a situação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em face da edição da Medida Provisória 746/2016.

Senhor Presidente,

Com amparo no art. 255 do Regimento Interno desta Casa, vimos requerer a realização de audiência pública para discutir a situação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Assim, solicitamos sejam convidados/as:

- 1- Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais - CONDETUF;
- 2- Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE;
- 3- Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico - FENET;
- 4- União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES;
- 5- União Nacional dos Estudantes - UNE;
- 6- Secretaria da SETC/MEC;
- 7- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;
- 8- Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED;
- 9- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME; e
- 10- Conselho Nacional de Educação - CNE.
- 11-Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituição Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico - PROIFES; e
- 12- Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, do Ministério da C&T, Inovações e Comunicações.

JUSTIFICAÇÃO

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, integrada por instituições pluricurriculares situadas em todas as regiões brasileiras, é composta por mais de 650 unidades, em 568 municípios, que executam amplo espectro de políticas públicas educacionais, voltadas para o mundo do trabalho e para a perspectiva humanística, cuja concepção prioriza a inclusão social e a formação

integrada de mais de um milhão de jovens e adultos, em toda a diversidade, especialmente os menos favorecidos.

Em documento formal intitulado “Carta de Vitória, reitores, pró-reitores e diretores gerais dos Institutos Federais de Educação, durante a 40ª Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – Reditec, realizada em Vitória-ES, de 23 a 27 de setembro de 2016, manifestaram profunda preocupação ante as ameaças que pairam sobre os destinos da educação pública gratuita, destacadamente as que podem enfraquecer os fundamentos dessa rede.

Os dirigentes, como diversos especialistas e educadores de múltiplas áreas, entendem que a edição da Medida Provisória 746/2016 é um equívoco gravíssimo. Primeiro porque deveria ter passado por amplo debate envolvendo a sociedade. “O uso de MP fere o princípio de construção coletiva e o protagonismo da sociedade na formulação das políticas de interesse coletivo”, diz a carta.

Conforme a manifestação, a MP marginaliza disciplinas de base humanística, retrocede a formação integral de jovens e adultos e precariza o ensino ao permitir o reconhecimento do “notório saber” para exercício da docência,

Contudo, preocupa ainda mais os gestores o conteúdo da Proposta de Emenda à Constituição – PEC 241/2016, que fixa limites de investimentos para a educação pelos próximos 20 anos, tomando como base o orçamento de 2017. A proposta restringe investimentos na manutenção e expansão da rede, desvincula percentuais constitucionais obrigatórios e abole a destinação do percentual de 10% do PIB, ações estas que ferem a garantia do direito à educação pública e gratuita de qualidade.

Diante das preocupações apontadas pelos gestores da rede federal de ensino, bem como pela ameaça real de retrocessos para o conjunto das políticas educacionais do país em decorrência das medidas equivocadas impostas pelo governo, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a realização da presente audiência pública com a participação dos/as convidados/as supramencionados/as.

Sala das Comissões, em de 2016.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**